



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

Fl.: 107

Proc.:26730/09

Rubrica

**Processo nº** 26.730/09

**Apenso nº** 410.001.793/08-GDF (pensão).

1.035/89-TCDF (aposentadoria).

**Origem:** Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - Seplag.

**Assunto:** Pensão civil.

**Ementa:** Pensão civil temporária concedida a Ivana Sant'ana Lyra, filha maior inválida, instituída pelo ex-servidor Luiz Mário Barreto Lyra, matr. nº 29.367-9, no cargo de Técnico de Administração Pública, Classe Especial, Padrão II, nos termos do art. 217, inciso II, alínea a, da Lei nº 8.112/90, c/c o art. 40, §§ 7º, inciso I, e 8º, da Constituição Federal, com a redação dada pela EC nº 41/03, c/c os arts. 2º, inciso I, e 15 da Lei nº 10.887/04. Diligência. Defesa apresentada pela interessada. Inspeção pela improcedência da defesa e pela ilegalidade da concessão. Aquiescência do Ministério Público. Voto do Relator divergente (legalidade da concessão). Pedido de vista. Concordância com o Relator.

### **VOTO DE VISTA**

Versam os autos sobre pensão civil temporária concedida a Ivana Sant'ana Lyra, filha maior inválida, instituída pelo ex-servidor Luiz Mário Barreto Lyra, nos termos mencionados na ementa.

Nesta fase processual, examinam-se as razões de defesa apresentadas pela interessada, haja vista a Decisão nº 5.273/10 (fl.37):

“O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, determinou diligência à jurisdicionada, para que, no prazo de 60 dias, cientifique previamente a representante legal da interessada (Ivana Sant'Ana Lyra), para que se pronuncie acerca dos fatos que conduzem à ilegalidade da pensão, não olvidando a possibilidade de opção pela percepção da pensão aqui tratada, em detrimento do benefício anterior, versado no Processo nº 454/04, alusivo à pensão legada pela tia da interessada, cuja concessão foi considerada legal. Vencida a Revisora, Conselheira MARLI VINHADELI, que manteve o seu voto. Parcialmente vencido o Conselheiro RENATO RAINHA, nos termos de sua declaração de voto, elaborada em conformidade com o art. 71 do RI/TCDF.”

Pedi vista dos autos (fl. 106) para melhor me inteirar da matéria nele tratada.

Após detido exame, verifico que o Relator, Conselheiro Manoel de Andrade, divergindo da instrução e do parecer do Ministério Público, vota pela legalidade da concessão (fl.103/104):

“Conforme dito antes, no caso da interessada, que é beneficiária de outra pensão, a presunção de dependência econômica dela em relação a seu pai, na presente pensão, é relativa, admitindo prova



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

Fl.: 107

Proc.:26730/09

Rubrica

em contrário, e não absoluta.

De outro lado, entendo que são apropriadas as alegações relacionadas com o fato de que a interessada precisa da pensão para o seu sustento e manutenção de sua vida, ante o problema de saúde que possui, situação essa demonstrada por meio da planilha de custos, acostada à fl. 50, onde ficou indicado que o gasto mensal com a interessada, no primeiro semestre de 2009, foi em torno de R\$ 7.710,00.

Verifico que, na referida planilha, foram citados itens de despesa, como p. ex., compras de supermercado, roupas, internação em entidade de assistência, remédios, moradia, automóvel, todos, em princípio, pertinentes com o sustento da interessada.

O valor da pensão objeto destes autos, constante do título de pensão de fl. 29-apenso, corresponde a cerca de R\$ 3.200,00.

Tal valor é o mesmo que deve ser percebido pela interessada, pela pensão deixada por sua tia, haja vista que o cargo de sua tia é o mesmo que o de seu pai, havendo pequena diferença apenas no tempo de serviço e na classificação funcional entre ambos.

Somando os valores das duas pensões, resulta uma importância em torno de R\$ 6.400,00, inferior ao gasto mensal teórico que a curadora tem com a interessada, informado por seu representante legal.

Assim, considerando verdadeiras e lícitas as informações trazidas pelo representante legal da interessada, de que os gastos mensais com o sustento e a manutenção da vida da interessada giram em torno de R\$ 7.710,00, valor esse superior ao recebido por ela (R\$ 6.400,00), pelas duas pensões, penso que restou demonstrada a dependência econômica dela também em relação a seu pai, fazendo ela igualmente jus à pensão instituída por ele.

Quanto à acumulação das duas pensões, a Lei nº 8.112/90, em seu artigo 225, permite-a.

Ademais, a pensão em exame encontra-se com a fundamentação legal correta, podendo, assim, ser apreciada e considerada legal pelo Tribunal, para fim de registro.”

O ponto de partida de minha análise é a existência, na pensão por morte, de presunção de dependência econômica do filho ou enteado menor de 21 anos ou inválido (art. 217, inciso II, alínea a, da Lei nº 8.112/90).

A Lei nº 8.112/90 distingue pessoas, exigindo de umas, mas não de outras, a comprovação de dependência econômica. A distinção por ela levada a efeito, sem sombra de dúvida, juridicamente relevante, só pode significar uma coisa: para algumas pessoas, todas para as quais não se prevê a comprovação de dependência econômica (inclusive o filho ou enteado menor de 21 anos ou inválido), essa dependência é (tacitamente) presumida.

Em segundo lugar, a Lei nº 8.213/91, pertinente ao RGPS, presume expressamente a dependência econômica do filho não-emancipado, de qualquer condição, menor de 21 anos ou inválido (art. 16, § 4º). Tal disposição aplica-se



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

Fl.: 107

Proc.:26730/09

Rubrica

subsidiariamente ao RPPS/DF, por força do § 12 do art. 40 da Constituição Federal<sup>1</sup>, incluído pela EC nº 20/98.

Por fim, a LC nº 769/08, embora posterior à presente concessão, presume expressamente a dependência econômica do filho não-emancipado, de qualquer condição, menor de 21 anos ou inválido (art. 12, § 1º).

A questão que se segue diz respeito à espécie de presunção. “É a *presunção de dependência econômica absoluta ou relativa?*”

Muito se discute, tanto na doutrina quanto na jurisprudência, acerca do assunto. Por ora, importa salientar que o STJ já teve a oportunidade de se debruçar sobre o tema. Com efeito, extrai-se do voto condutor da decisão adotada no REsp 203722/PE, da lavra do Ministro Edson Vidigal:

“A Constituição Federal de 1988, em seu art. 201, V, reza que “os planos de Previdência Social, mediante contribuição, atenderão, nos termos da lei, a pensão por morte de segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes, obedecido o disposto no § 5º do art. 202.”

Se é certo que o cônjuge ou companheiro são também dependentes do segurado falecido, para fins de concessão de benefício previdenciário, qual a razão de o Constituinte ter-lhes mencionado separadamente dos dependentes em geral? Por certo que pretendeu conferir-lhes a presunção absoluta de dependência, o que já é suficiente para a concessão da pensão por morte.

.....  
O direito à percepção da pensão, constitucionalmente garantido, somente pode ser restringido em não havendo cônjuge ou companheiro, que gozam de presunção absoluta de dependência, ou ainda quaisquer dependentes que provem tal condição.”

O TCU filia-se a essa corrente de pensamento. Confira-se a seguinte passagem do voto condutor do Acórdão 1006/04-Plenário:

“15. De volta à Constituição Federal, na parte em que trata do regime geral de benefícios, tem-se que a previdência social compreenderá a “pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes”, consoante o inciso V do caput do art. 201. É de se esperar o uso do mesmo critério no regime dos servidores públicos, na forma do já citado § 12 do art. 40 do texto constitucional.

16. Na literalidade constitucional, o cônjuge ou companheiro não se caracterizaria como dependente, uma vez que assim não é tratado. Ou, como sustenta o STJ, ainda que conduza ao mesmo efeito, goza ‘de presunção absoluta de dependência’, a qual não admite prova em contrário (REsp 203722/PE, 461150/RS, 303346/RS). De fato, presumir a dependência, mesmo de forma absoluta, é melhor do que ignorá-la, já que ela fundamenta a pensão. E é absoluta por questão

<sup>1</sup> § 12 Além do disposto neste artigo, o regime de previdência dos servidores públicos titulares de cargo efetivo observará, no que couber, os requisitos e critérios fixados para o regime geral de previdência social.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

Fl.: 107

Proc.:26730/09

Rubrica

de segurança econômica familiar, para a conservação do seu poder aquisitivo, sem que possa alguém opor dúvidas que ponham embaraços à tranquilidade doméstica. Não é causa, portanto, de opulência, mas de simples manutenção de *status quo*. Todos os outros pretensos beneficiários de pensão, que não o cônjuge ou companheiro, ficarão sujeitos, todavia, ao reconhecimento da dependência, seja por exigência de comprovação prévia, seja por presunção relativa, que admitirá prova em contrário.”

Na esteira da jurisprudência colacionada, a presunção só é absoluta se se tratar de cônjuge ou companheiro.

Tratando-se de filha maior inválida – caso dos autos – a presunção é relativa.

Estabelecidas as premissas para o desenvolvimento da presente análise, retomo a situação da interessada.

Ivana Sant’ana Lyra já é beneficiária de pensão, deixada por uma tia. Na ocasião, ela comprovou dependência econômica em relação à tia.

Indaga-se: o só fato de Ivana Sant’ana Lyra ser dependente econômica da tia afasta a dependência econômica dela em relação ao pai? “*Genericamente, é possível ser dependente econômico, a um só tempo, de pai e tio?*”

A questão, inegavelmente complexa, há de receber resposta afirmativa. Nada impede que alguém acolha um sobrinho que, no entanto, receba indispensável ajuda financeira do pai. De igual modo, uma pessoa pode ter sob seu cuidado um filho cujo tio lhe preste decisivo auxílio financeiro.

Há, *in casu*, um dado sociológico relevante, que não pode escapar ao olhar atento do julgador. No País, alguns se veem na obrigação de recorrer aos pais e/ou irmãos para ajudar no sustento dos filhos, estendendo-se o dever de solidariedade, de fato, para além do núcleo familiar básico. Diante desse quadro, forçoso reconhecer a existência do fenômeno da dupla dependência econômica.

Aliás, não é novo na jurisprudência o entendimento de que a dependência econômica não precisa ser exclusiva:

“PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. CARÊNCIA. QUALIDADE DE SEGURADO. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA DA MÃE EM RELAÇÃO AO FILHO. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA NÃO EXCLUSIVA. SÚMULA 229 DO TFR. COMPROVAÇÃO. DECRETO N. 89.312/84. TERMO INICIAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA.

.....

IV. A autora tem como renda apenas a pensão por morte do marido, no valor de um salário mínimo, o que não descaracteriza a dependência econômica. Trata-se, evidentemente, de família de baixa renda que, sem a ajuda do filho, terá maiores dificuldades para sobreviver. Além do mais, a dependência econômica não precisa ser exclusiva, como reiteradamente tem decidido a jurisprudência, e



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

Fl.: 107

Proc.:26730/09

Rubrica

conforme a súmula 229 do Tribunal Federal de Recursos: “A mãe do segurado tem direito à pensão previdenciária, em caso de morte do filho, se provada a dependência econômica, mesmo a não exclusiva”.<sup>2</sup>

Trata-se, no entanto, de exceção, e não regra. Por essa razão, a situação hipotética trazida, para ser reconhecida pelo direito, deve vir acompanhada de prova cabal de sua ocorrência.

Nesse contexto, muito útil o exercício, feito pelo Conselheiro Manoel de Andrade, segundo o qual o gasto mensal teórico da interessada supera o que ela recebe em decorrência das duas pensões, restando *“demonstrada a dependência econômica dela também em relação a seu pai”*.

Traço um paralelo com a pessoa que recebe duas pensões, uma legada pelo padrasto e a outra pelo pai.

A propósito, defendo que, no regime do art. 40 da Constituição Federal, o enteado deve, em princípio, comprovar dependência econômica em relação ao padrasto para fazer jus à pensão por este instituída (art. 16, § 2º, da Lei nº 8.213/91, por força do art. 40, § 12, da Constituição Federal).

Nada obstante, o fato de essa pessoa depender economicamente do padrasto não acarreta necessariamente sua exclusão do rol de beneficiários da pensão instituída pelo pai. Aqui como ali, a legalidade da acumulação de pensões depende da efetiva comprovação da dupla dependência econômica.

Noutro giro, ressalte-se que o TCU vem admitindo a concessão de pensão ao filho inválido aposentado, na medida em que a dependência econômica se caracteriza quando preponderantemente a pessoa depende do instituidor para sua sobrevivência (Acórdão 1056/2010-Segunda Câmara, entre outros).

No mesmo sentido é a Nota Técnica nº 761/2010/COGES/DENOP/SRH/MP:

“15. Assim, o fato de a interessada ser aposentada por invalidez, pelo Instituto Nacional do Seguro Social afasta, em princípio, a presunção legal de dependência econômica. Contudo, as condições de saúde da interessada podem acarretar despesas elevadas, sendo insuficientes seus próprios rendimentos para cobrir suas despesas.

16. Com isso, se o seu sustento fosse assegurado pela renda de sua genitora, a concessão de pensão seria legal e necessária.

.....  
**CONCLUSÃO**

18. Destarte, revendo a matéria, concluímos pela possibilidade de ser concedida pensão à filha inválida aposentada, haja vista a comprovação da dependência econômica em relação à instituidora.”

Com essas considerações, adiro ao entendimento manifestado pelo Conselheiro Manoel de Andrade no voto de fls. 95/105.

<sup>2</sup> Apelação Cível nº 625499. Nona Turma. TRF 3ª Região. Rel. Des. Fed. Marisa Santos. J. 03.07.06. Unânime. DJU 14.09.06.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

Fl.: 107

Proc.:26730/09

*Rubrica*

Sala das Sessões, 13 de julho de 2011.

**INÁCIO MAGALHÃES FILHO**  
Conselheiro-Relator